

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO DAS
PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA/HOSPITAL
MADRE TERESA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

Processo nº: 01.164939.15.49

Processo nº 01.152.981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação /Chamamento Público 001/2004)

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS-BH, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383.0001-40, situada na Av. Afonso Pena, nº 2.336 – Bairro Funcionários, BH/MG neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde, **JACKSON MACHADO PINTO**, brasileiro, portador da carteira do Conselho Regional de Medicina nº 011.174 – CRM-MG, e inscrito no CPF sob nº 175.498.336-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e o **INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.194.990/008-44, CNES nº 2.200.422 com sede na cidade de Belo Horizonte, à Av. Raja Gabaglia nº 1002 - Bairro Gutierrez, BH/MG, neste ato representada pela **IRMÃ FABIANA APARECIDA CÂNDIDO**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade sob o nº 32.688.023-9, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 263.844.588-61 e por seu Diretor Administrativo Sr. **MARCOS JOSÉ DE VETE DE LIMA**, carteira de identidade nº MG208.424, expedida pela SSP/MG conferindo-lhe poderes para gerir e administrar a instituição em tela doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200, a Lei Orgânica do Município as Leis 8.080/90 e 8.142/90, as normas gerais da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos e respectivas alterações, Lei nº 12.101/PR, de 27/11/2009 (CEBAS), Decreto nº 7.082 de 27/01/2010 (REHUF), Decreto nº 7.508 de 28/06/2011, Decreto nº 7.646 de 21/12/2011, Decreto Municipal nº 15.185 de 04/04/2013, Portaria nº 072/2019 SMSA/SUS-BH de 03/09/2001, Portaria nº 1.097/GM/MS de 22/05/2006, Portaria nº 204/GM/MS de 29/01/2007, Portarias GM/MS nº 2848, de 06/11/07, Portaria nº 1.559/GM/MS de 01/08/2008, Portaria nº 4.279/GM/MS de 30/12/2010, Portaria nº 1.459/GM/MS de 24/06/2011, Portaria nº 1.600/GM/MS de 07/07/2011, Portaria nº 1.970/GM de 16/08/2011 (CEBAS), Portaria nº 3.088/GM/MS de 23/12/2011, Portaria 963/GM/MS de 27/05/2013 (SAD), Portaria nº 3.390/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 3.410/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 483/GM/MS de 01/04/2014, RDC nº 63/ANVISA de 25/11/2011 e considerando as disposições que se encontram estabelecidas no Plano Operativo e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Em decorrência do auxílio financeiro emergencial por meio da Lei nº 13.995/2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à **Pandemia da Covid-19** e estabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do FNS/MS ao FMS/SUS-BH, em 02 (duas) parcelas, definido pelo Ministério da Saúde sob o critério de rateio pelo Ministério da Saúde aos Estados, DF e Municípios para o controle de forma controlada do avanço da **PANDEMIA COVID-19**.

Parágrafo Primeiro: O rateio do repasse desta 1ª parcela, estabelecida na Portaria 1.393 GM/MS de 21.05.2020, no montante de R\$ 322.318,25 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos) ao **CONTRATADO**, encontra-se baseado no quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Saúde até 12/05/2020 constantes nos Planos de Contingências dos Estados, Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados neste Município que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito do estabelecimento o valor da parcela.

Parágrafo Segundo: Este recurso financeiro temporário, desta 1ª parcela, não integra em nenhuma hipótese, o teto da remuneração da prestação de serviços contratualidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE REFORÇO EMERGENCIAL

O **CONTRATADO** deverá aplicar, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimentos à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA/HOSPITAL MADRE TERESA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Processo nº: 01.164939.15.49

Processo nº 01.152.981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação / Chamamento Público 001/2004)

como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão como a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a **Pandemia da Covid-19** e, ainda a contratação dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo Único: O CONTRATADO deverá prestar contas da aplicação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde/SUS-BH e disponibilizar em sítio oficial específico da rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observados os dispostos na Lei nº13.995 de 2020, no at. 4º da Lei 13.979 de 20220 e neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONTRATANTE

A prestação de contas ocorrerá nos termos da cláusula décima primeira do CONTRATO original e por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste termo ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde advindos da Portaria MS/GM nº 1.393 de 21.05.2020 para as entidades hospitalares nessas especificadas, correndo à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde nº 2302 3401 10 302 203 2894 0013 339039 61 03 50 - Prestação de serviços médico-hospitalares ambulatoriais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do CONTRATO original, que não colidirem com este TERMO.

E, por estarem justas e de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.


Belo Horizonte, 19 de maio de 2020.



Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH/FMS


Irmã Fabiana Aparecida Cândido
Instituto Das Pequenas Missionárias De Maria Imaculada/Hospital Madre Teresa


Marcos José de Vete de Lima
Diretor Administrativo do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada/Hospital Madre Teresa

TESTEMUNHAS:


Dra. Christine Ferratti Santiago - RM 39795-8
Assinatura/RG
Diretora de Planejamento e Gestão em Saúde
DPMACS/SMSA/SUS-BH


Dra. Ester Cardozo Dias - RM 39841-5
Assinatura/RG CPF: 518.413.716-53
Gerente de Controle e Avaliação
GECAV/SMSA/SUS-BH